

## Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio: quando Raça/Etnia, Gêneros e Sexualidades deixam de ser “mimimi”

Jaqueline Nunes dos Santos<sup>1</sup>  
[Jaquelinehistoria88@gmail.com](mailto:Jaquelinehistoria88@gmail.com)

Maria José Almeida Santiago<sup>2</sup>  
[zezesantiago@hotmail.com](mailto:zezesantiago@hotmail.com)

Paulo de Tássio Borges da Silva<sup>3</sup>  
[paulodetassiosilva@yahoo.com.br](mailto:paulodetassiosilva@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente artigo intitulado “Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio: quando raça/etnia, gêneros e sexualidades deixam de ser mimimi” descreve o projeto “Falar de racismo é mimimi?”, que foi desenvolvido na área de Humanas e suas Tecnologias no período de julho a novembro de 2019, junto aos discentes do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto, localizado no distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa – BA. Este projeto, de abordagem qualitativa, foi organizado para ser apresentado à comunidade escolar no dia da Consciência Negra por meio de uma Gincana afro-cultural. A proposta teve como objetivo conhecer a construção histórica do racismo, dos gêneros e das sexualidades, que segregam os seres humanos. Assim, realizaram-se palestras, com as temáticas “Candomblé: quebrando o silêncio e combatendo o preconceito” e “Diversidade sexual na escola”. Nessa última, ofereceram-se oficinas de vídeos, abordando questões sobre a homossexualidade, além da realização de uma roda de conversa sobre o racismo.

**Palavras-chave:** Projeto Pedagógico. Raça/Etnia. Gêneros. Sexualidades. Ensino Médio.

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e especialista em Gênero e Sexualidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

<sup>2</sup> Especialista em Gênero e Sexualidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professora da Rede Estadual de Educação da Bahia.

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

## Notes from a pedagogical project in high school: when race/ethnicity, genders and sexualities cease to be “mimimi”

**Abstract:** The present article entitled “Notes of a pedagogical project in High School: when race / ethnicity, genders and sexualities cease to be mimimi?”, describes the project Speaking of racism is mimimi?, which was developed in the area of Humanities and its Technologies in the period from July to November 2019, with the students of the Colégio Estadual Professor Jane Assis Peixoto, located in the Posto da Mata district, Municipality of Nova Viçosa - BA. This project, with a qualitative approach, was organized to be presented to the school community on Black Awareness Day through an Afro-cultural Game. The proposal aimed to know the historical construction of racism, genders and sexualities, which segregate human beings. Thus, lectures were held, with the themes “Candomblé: breaking the silence and fighting prejudice” and “Sexual diversity at school”. In the latter, video workshops were offered, addressing questions about homosexuality, in addition to conducting a conversation about racism.

**Keywords:** Pedagogical project. Race / Ethnicity. Genders. Sexualities. High school.

### 1 Considerações Iniciais

O presente artigo faz parte do projeto “Falar de racismo é mimimi?”, desenvolvido com os (as) discentes do Ensino Médio do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto, localizado no distrito de Posto da Mata, Município de Nova Viçosa (BA). O projeto foi pensado como proposta de intervenção na construção de um ambiente escolar, cujas discussões acerca do racismo não se restringissem ao “Dia da Consciência Negra”, 20 de novembro.

As atividades do projeto foram executadas no período de julho a novembro de 2019, sendo constituído de leituras, palestras e debates que proporcionassem uma reflexão da comunidade escolar sobre a luta antirracista. Além disso, debates contemplaram ações de enfrentamento do machismo, da misoginia e LGBTfobias, questões que interseccionaram as atividades desenvolvidas.

Cabe ressaltar o desafio na construção de uma proposta pedagógica interseccional, tendo em vista que as discussões de gêneros e sexualidades podem ser consideradas tabus na escola, sendo o desafio aceito e enfrentado na construção deste projeto. As discussões entre os (as) docentes e os (as) discentes da escola, organizando atividades que agregaram as diferentes áreas de conhecimentos do currículo escolar.

O projeto foi construído após refletirmos as questões de gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais no ambiente escolar, tendo sido presenciadas conversas informais no recreio, que caracterizavam representações heteronormativas e LGBTfóbicas por parte dos (as) docentes e discentes.

A escola Jane Assis Peixoto está situada em um bairro periférico e recebe estudantes negros (as), quilombolas, do campo, homossexuais e bissexuais. No entanto, não há um direcionamento às questões identitárias, inexistindo uma proposta educacional que atenda essas especificidades, tendo o corpo docente reforçado práticas racistas e LGBTfóbicas na reiteração de uma “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2012).

A reiteração de uma heterossexualidade compulsória e os movimentos pedagógicos heteronormativos foram percebidos ao analisarmos os intervalos do recreio, sendo que, nesse ambiente, os (as) discentes e os (as) docentes ao se posicionarem sobre trabalhos escolares, amizade, amor, religião, família e política, deixam, muitas vezes, transparecer seus preconceitos. Os comentários que circulam nesse espaço estão alicerçados naquilo que Almeida (2018) chama de “racismo estrutural” e ousamos complementar com machismo e LGBTfobias estruturais, sendo necessárias as reflexões sobre raça, racismo, preconceito, gênero, machismo, misoginia, sexualidade, heteronormatividade e LGBTfobias, na superação de preconceitos que se interseccionam e se estruturam nas relações sociais de forma naturalizada.

Foi nesse processo de enfrentamento ao racismo, machismo e LGBTfobias, que, nas terças-feiras, dia do AC (Planejamento por Área do conhecimento) de Humanas, os (as) docentes passaram a pensar e estruturar, sob a orientação da articuladora e professora de História, Maria José Almeida Santiago, um projeto que abordasse a temática Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades. O projeto teve como objetivo promover uma reflexão que proporcionasse à comunidade escolar a construção de novos olhares e práticas sobre a

educação, que passam despercebidos por se perpetuar uma normativa pedagógica racista, misógina, machista e LGBTfóbica naturalizada.

Dessa forma, o projeto “Falar de racismo é mimimi?”, ao problematizar os conflitos na comunidade escolar, enaltece na visibilidade das discussões interseccionais de gêneros, sexualidades e raça/etnia, de modo a propor um caminho para o respeito às diferenças.

## 2 Tecendo alguns diálogos teóricos

Perceber as sutis relações de poder, estabelecidas em um ambiente escolar hierarquizado com viés hétero e branco como a nossa, que, em alguns casos, impõem modelos a serem seguidos por todos(as), não constitui um trabalho simples. A naturalização de alguns hábitos, concepções e valores que mantemos pode indicar a existência de procedimentos de gêneros e sexualidades arraigados nos cotidianos e que refletem na escola, instituição responsável pela educação de crianças, adolescentes e jovens, e que não está imune aos tratamentos preconceituosos em seus fazeres.

Nesse sentido, a escola torna-se um espaço ideal para o tratamento de questões sobre as diferenças, pois, além de ser um local onde as diferenças individuais são múltiplas, é também onde o debate deve acontecer continuamente. Esse debate possibilitará a aprendizagem e a prática do pensamento crítico, promovendo entre todos os (as) agentes escolares o convívio respeitoso e democrático.

O educador Paulo Freire (1996) afirma que a educação não é neutra; ela é sempre um ato político que implica assumir práticas libertadoras de acordo com pilares que garantam a igualdade e as manifestações das diversidades. Desse modo, a escola tem a função social de mostrar novas possibilidades. Para isso, é necessário que o corpo docente seja parceiro na discussão da diferença, uma vez que o (a) docente é, muitas vezes, referência para os (as) discentes. Logo, docentes compromissados (as) em combater as desigualdades terão discentes também comprometidos (as) com tal princípio.

Sendo assim, percebemos por meio das conversas informais dos (as) docentes e discentes, que há um desconhecimento dos estudos de gênero, raça/etnia e sexualidades. O que acarreta uma série de desconhecimento, uma dificuldade no respeito às pluralidades dos

corpos, inexistindo uma política de combate aos preconceitos, o que negligencia um trabalho pedagógico com as temáticas.

Neste contexto, citaremos três situações que exemplificam a necessidade do trabalho supracitado e a urgência na discussão da temática entre os (as) docentes. A primeira foi em meio às turbulências das eleições presidenciais, período no qual os ânimos estavam alterados e todos (as) se achavam com razão. Em meio a uma conversa informal, um (a) colega fez comentários dizendo que “Bolsonaro tinha mesmo que acabar com as cotas, afinal para que viver do passado. Escravidão já acabou”.

Em um segundo episódio, na reunião de colegiado, discutia-se o que fazer com as discentes grávidas. Um (a) colega disse que “a escola tem que ter um olhar acolhedor para essas mães, uma vez que a maioria já sofria com a questão do racismo”. Nesse momento, a direção afirmou que “racismo está na cabeça das pessoas, que o (a) próprio (a) negro (a) se discrimina e que ele (a) por ser branco (a) já foi alvo de deboche na escola, mas que nem por isso se vitimizou”.

Já o terceiro ocorreu em uma discussão sobre o último concurso do Estado. Um grupo de docentes discursava sobre cotas, quando um deles respondeu: “Uai, eu sou negro (a)? Quando fiz minha inscrição não optei por cotas, pois sempre achei que fosse moreninho”.

Sobre o terceiro comentário do (a) docente, Nascimento (1978) pontua:

Um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra-* ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*. isto é, aquele assim chamado descende de escravos africanos. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele (NASCIMENTO, 1978, p. 42).

Os eufemismos utilizados pela sociedade brasileira para se referirem a uma pessoa de cor dificultam a luta antirracista, tendo em vista que esse *degradê* de cores faz com que alguns se identifiquem mais com repertórios culturais brancos, o que explica o significado da “auto-rejeição”.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (SILVA, 2005, p. 22).

Neste sentido, torna-se mais “aceitável” do ponto de vista eurocêntrico ser o “moreninho”, pois se reconhecer enquanto negro (a) perpassa pela valorização de suas raízes culturais, remete a uma diáspora africana e as consequências da escravidão.

Vale dizer que, embora a Lei 11.645/08 torne obrigatório o estudo da história e cultura africana e indígena nas escolas, uma boa parte da historiografia africana virou cinzas no Brasil.

[...] Consequência da lamentável Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e escravidão geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa (NASCIMENTO, 1978, p. 49).

Valorizar a cultura africana e afro-brasileira, bem como as populações indígenas, é garimpar e entender esses acontecimentos. Mesmo não tendo exatidão das estatísticas sobre o número de negros (as) traficados (as), isso não nos impede de visualizar os seus descendentes, uma vez que em nosso território estão fincados os sonhos, as lutas, as conquistas, os cânticos, os costumes e as religiões que foram marginalizados pela sociedade eurocêntrica.

Assim, as religiões de matrizes africanas são os maiores alvos dessa ignorância, pois foram inseridas ao contexto demoníaco.

Assim, os escritos de viajantes, missionários e outros observadores que estiveram em território fom ouiorubá entre os séculos XVIII e XIX, todos eles de cultura cristã, quando não cristãos de profissão, despreveram Exu sempre ressaltando aqueles aspectos que o mostravam, aos olhos ocidentais, como entidade destacadamente sexualizada e demoníaca (PRANDI, 2001, p. 47).

Mesmo sob o estigma de visão demoníaca, do som do chicote, do atrito das correntes, do odor da senzala e do trabalho exaustivo, esses homens e mulheres escravizados (as) resistiram e procuraram, no Brasil, uma forma de sentir o cheiro, os costumes, os sons dos tambores e a força dos orixás de seus reinos de origem. E assim, foram construídos os Quilombos, não apenas como forma de resistência, mas como tentativa de manter e preservar a organização sociocultural vinda dos países de origem.

Desse modo, o projeto que foi executado com os (as) discentes é uma busca, conforme afirma a escritora negra Conceição Evaristo (2019), por aquilombar-se, promovendo uma reconexão com a ancestralidade para atuar no presente. Esse é um dos caminhos para entender e discutir como foi construída a invisibilidade da raça, dos gêneros e

das sexualidades neste ambiente escolar, com pluralidade de corpos, mas que encontram docentes extremamente conservadores e resistentes no que tange às questões de raça, gêneros e sexualidades. A escola em si reproduz falas que inferiorizam e ferem os direitos dos (as) outros (as) dentro de suas particularidades. Assim, a educação escolar

[...] é usada como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana [e também indígena, cigana e de outros povos tradicionais] parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 1978, p.79).

Tais atitudes e falas dos (as) docentes ressoam diretamente no comportamento dos (as) discentes, pois não se veem representados (as) e nem respeitados (as), e para serem aceitos (as) no grupo, utilizam-se das máscaras eurocentradas e cisheteronormativas. Vale pontuar uma situação que nos fez compreender a recusa dos (as) estudantes quando nós, professoras, fizemos como proposição e sugestão pedagógica, que esses cantassem no coral do Projeto Outubro Rosa, no ano de 2018, uma música da cantora *Drag Queen* Pablo Vittar e da cantora trans Liniker. Todavia, os alunos alegaram que não “cantariam músicas de gays e pior ainda de gay preto”.

A situação evidencia a negação/rejeição das identidades, favorecendo que a Educação atue como disseminadora de preconceitos, pois quando ela não aborda tais temáticas, reforça estereótipos brancos, masculinos, héteros e cristãos. Desse modo, fomenta-se a política de estado que prioriza a “necropolítica”, conforme discutida por Mbembe (2018).

Nesse estudo, o autor ressalta como a soberania de Estado lhe confere direito de matar aqueles (as) que estão à margem da sociedade, utilizando do instrumento de guerra ou discurso da luta contra o terrorismo e também pela educação que, reiterando posicionamentos racistas, machistas e LGBTfóbicos, constroem práticas pedagógicas de submissão e mortes.

Compreende-se a força do Estado na figura da Educação e como porta voz o (a) docente que se recusa a permanecer na escola se o (a) discente trazer tambor para apresentações que remetem a cultura afro-brasileira, ou a recusa dos (as) docentes em

assistirem as palestras sobre religião de matrizes africanas, porque estão em oração pela escola, dizendo que muitos desconhecem o perigo de mexer com coisas erradas.

Esses comentários somados a outros que já foram mencionados no corpo deste texto nos permitiram visualizar o quanto a comunidade escolar tem resistência à pluralidade e desconhece os marcadores que dificultam a garantia dos direitos humanos. Portanto, fazem-se necessárias discussões, nessa instituição, sobre gêneros, sexualidades e raça/etnia, que provoquem a comunidade escolar a

pensar que cada um/a de nós é atravessado/a por inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc..) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade (ASSIS, 2019, p. 11).

Ao discutir a temática, estamos reafirmando que reconhecemos os atravessadores/demarcadores sociais, as interseccionalidades, que limitará/dificultará a vida de alguns estudantes mais que outros (as). De acordo com Akotirene (2018), um (a) único (a) pessoa possui múltiplas identidades e serão por meio delas que sofrerão ou não as opressões, por isso, são necessários (a) professores (as) sensíveis às questões raciais, de gêneros e sexualidades.

As conversas informais dos (as) discentes e dos (as) docentes nos fizeram entender como seus marcadores sociais reforçam os estereótipos empregados aqueles (as) que estão à margem da sociedade e nos fizeram questionar que a escola não é apenas “um lugar destinado para a construção e produção do saber. Ela também é um espaço que potencialmente pode agregar infinitas discussões, capazes de transformar a vida das pessoas com o conhecimento” (ARAÚJO, 1998, p. 44). Ao abdicar ou negligenciar esse potencial, a escola poderá contribuir para a manutenção das desigualdades de gêneros, sexualidades e raça/etnia.

Romper essa negligência é movimentar-se para ter na educação a

[...] prática da liberdade, [onde] os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo (SOUZA, 2019, p. 25).

Com esse pensamento, rompe-se a ideia de educação como mercadoria e como lucro. Para uma “educação bancária”, como dizia Freire (2009), necessitamos de uma educação

libertadora que rompa com os paradigmas do período colonial onde “suas atribuições se desenvolveram no sentido de domesticar os corpos, disciplinar e agir coercitivamente no sentido de produzir sujeitos dentro de uma norma sexual, racial, de classe e de gênero hegemônica” (LOURO *apud* SOARES; FONTE, 2019, p. 17). É nesta perspectiva que o projeto de intervenção intitulado “Falar de racismo é mimimi?” teve como objetivo promover novos olhares no processo educacional, propondo discussões que evidenciem a diferença e práticas emancipatórias no contexto educacional.

### 3 Caminhando no projeto

O Projeto “Falar de racismo é mimimi?”, ao discutir sobre Gêneros, Sexualidades e Raça/Etnia no ambiente escolar, ancora-se no método de investigação pesquisa-ação. Sobre esse método, Trip (2005) atesta:

processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIP, 2005, p. 40).

Desse modo, foi importante envolver no *corpus* do projeto os (as) docentes e os (as) discentes da comunidade escolar do Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto. Uma das intenções era estimular uma reflexão sobre a práxis cotidiana da comunidade escolar, haja vista provocar novas abordagens teóricas e didático-pedagógicas, uma vez que

leis sozinhas não bastam, nessa luta o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país para contribuir e superação do preconceito e discriminação (BATISTA, 2008, p. 4).

O projeto teve como objetivo um contato direto com o (a) docente e o (a) discente no ambiente escolar, proporcionando uma “maior familiaridade com o problema [sendo ele o silenciamento das questões de gêneros, sexualidades e raça/etnia], com vista a torná-lo mais explícito” (GIL, 2002, p. 41).

A análise do projeto foi desenvolvida no dia da Consciência Negra com os (as) discentes do Ensino Médio, objetivando conhecer a construção histórica do racismo, desigualdades de gênero e as relações de poder interseccionalizadas também nas sexualidades, que expropriam direitos humanos. O trabalho foi realizado em quatro etapas, sendo elas:

1) Divisão das turmas por ano, temática e docentes que orientaram os estudos de algumas obras, tais como: Munanga (2001) e o conceito de raça relacionando-o com Almeida (2018), ao explicar como o racismo é fundamento estruturador das relações sociais. Por conseguinte, ao interseccionar gênero e raça, recorremos a Akotirene (2018), que aborda o conceito de interseccionalidade como categoria de análise dos atravessadores sociais, juntamente com Assis (2019), que contextualiza como nossos marcadores orientam nossas reivindicações. E no que tange à temática gênero e cotidiano, tivemos como impulsionadores da discussão: Colling (2018), que define os conceitos sobre gênero, sexualidade e ideologia de gênero; Já no contexto educacional, trabalhamos com Araújo, Cruz e Dantas (2018), que refletem a educação sexual na escola.

2) Oficina Cinedebate 1 – Questões étnico-raciais. Assistimos *Amistard* e observamos como era o tráfico dos homens negros e das mulheres negras via atlântico; discutimos sobre o poder da escrita e da língua diante das divergências culturais; e abordamos a destruição de civilizações para solidificar o capitalismo. Correlacionado à ideia do capital, discutimos o filme *Hotel Ruanda* e os desdobramentos nas guerras civis. A imagem 1 apresenta momento de discussão do filme *Amistard*.

Imagem 1 - Roda de conversa sobre o filme *Amistard*.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Por falar em guerra, discutimos o filme “Quanto é Vale ou é por quilo?”, sendo analisados o preço e o lugar que impusera ao negro no passado e presente. Nessa ocasião, foi discutida, também a força do capital, das ONGs e as permanências e rupturas da escravidão do passado e presente.

Para contrapor a ideia do (a) negro (a) como mercadoria, assistimos “Pantera Negra”, que descreve a força do movimento negro e a importância da representatividade, relacionando-o ao documentário de Djamila Ribeiro (2019), “Representação e incorporação no movimento negro.

3) Oficina Cinedebate 2 - Gênero e raça. Analisamos o filme “Hoje eu quero voltar sozinho” para trabalharmos a construção histórica de gênero e sexualidade, e em sintonia com essa abordagem, analisamos o *clip* de Hooker (part. Liniker) – “Flutua” para trabalharmos a afetividades dos (as) iguais e explicar o grito contra a homofobia contida na letra da canção. Nesse processo, aproveitou-se o momento para apresentar a participação de Leandro Colling (2019) na reportagem do “Band Mulher”, trabalhando a temática masculinidade tóxica.

4) Palestra com a temática “Candomblé: quebrando o silêncio e combatendo o preconceito”, ministrada pelo professor e candomblecista Raul Guerra. A imagem 2 apresenta convite da palestra postado em rede social.

[Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio:  
quando Raça/Etnia, Gêneros e Sexualidades deixam de ser “mimimi”]  
Jaqueline dos Santos; Maria José Santiago;  
Paulo de Tássio da Silva

Imagem 2 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Nessa palestra, os/as discentes foram convidados (as) a pensar sobre fé, amor, respeito e natureza e assim “(Re)ligar o corpo ao cosmo”. Como término das atividades, tivemos a palestra com a temática “Diversidade na escola”, com Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva, abrindo espaço para que a comunidade escolar compreendesse como o desconhecimento do corpo propicia sua domesticação, e a liberdade desses é a alteridade dos sujeitos. A imagem 3 apresenta o convite dessa palestra postado em rede social.

Imagem 3 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

#### 4 Algumas considerações

A partir de agosto, os (as) discentes já iniciaram os trabalhos para cumprir as etapas da Gincana Afro-cultural, pois ficou combinado que a culminância do projeto seria no dia 20 de novembro, mas que nos períodos de estudos, haveria atividades a desenvolver.

A primeira atividade ocorreu de 08 a 15 de agosto de 2019, cujas turmas divididas em equipes postariam as frases, marcariam o *Facebook* da escola e um júri composto por três docentes avaliariam as produções, tendo como critérios: pontualidade, criatividade e originalidade.

No mês de setembro, o Estado da Bahia tem em seu calendário escolar o dia 20, dedicado ao “Transformaê”, momento em que a escola abre as portas à comunidade para apresentar atividades desenvolvidas no ano letivo. Assim, aproveitamos essa data para os (as) discentes apresentarem a segunda parte da gincana.

As equipes também utilizaram o *Facebook* da escola, para fazer o convite referente às oficinas citadas. As imagens 4 a 11 apresentam os convites postados em rede social para todos os eventos que ocorreram no desenrolar do projeto:

Imagem 4 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

[Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio:  
quando Raça/Etnia, Gêneros e Sexualidades deixam de ser “mimimi”]  
Jaqueline dos Santos; Maria José Santiago;  
Paulo de Tássio da Silva

Imagem 5 - Convite para oficina de Hip Hop postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Imagem 6 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Foi assim que, no período de agosto a novembro, as equipes de discentes junto aos docentes executaram atividades, que foram relacionadas ao racismo, ao machismo, à misoginia e às LGBTfobias, finalizando o projeto “Falar de racismo é mimimi?” no dia 20 de novembro de 2019. A culminância se concretizou por meio de uma gincana cultural, que

[Notas de um projeto pedagógico no Ensino Médio:  
quando Raça/Etnia, Gêneros e Sexualidades deixam de ser “mimimi”]  
Jaqueline dos Santos; Maria José Santiago;  
Paulo de Tássio da Silva

fomentou a integração da comunidade escolar e fez com que os atores do meio escolar repensassem suas atitudes e promovessem ações de combate ao racismo e LGBTfobias.

Imagem 7 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Imagem 8 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Imagem 9 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Imagem 10 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

Imagem 11 - Convite sobre palestra postado no Facebook da escola.



Fonte: Acervo do Colégio Jane Assis Peixoto (2019).

O projeto “Falar de racismo é mimimi?” se tornou de fundamental importância na inserção de um trabalho interseccional com as questões de Gêneros, Sexualidades e Raça/Etnia no Colégio Estadual Professora Jane Assis Peixoto. Não temos dúvidas que o trabalho pedagógico interseccional possibilita a construção de uma sociedade mais inclusiva e com respeito às diferenças individuais e coletivas. Nesse sentido, apostamos na interseccionalidade como uma metodologia pedagógica necessária na Educação Básica, podendo contribuir no enfrentamento do racismo, sexismo e LGBTfobias.

## Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção: feminismos plurais, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. *In:* AQUINO, Julio Groppa (Org.): **Diferenças e preconceito na escola:** alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto e Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BATISTA, Michelangelo Henrique. **Ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar**. Mato Grosso, 2008.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COLLING, Leandro. **Band mulher**. Disponível em: <<https://youtu.be/okfxCziPw7c>> acessado em 10 de julho de 2019.

EVARISTO, Conceição. Tempo de nos aquilombar. **O Globo**, Rio e Janeiro, 31 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001, p. 21-31.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PRANDI, Reginaldo. Exu, de mensageiro a diabo. Sincretismo católico e demonização. **Revista USP**, São Paulo, n. 50, p. 46-63, Jun/Ago, 2001

RIBEIRO, Djamila. **Representação e incorporação no movimento negro**. Disponível em: <https://youtu.be/BOQ349cz3to>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, nov. 2012.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias Transgressoras**. Salvador: UFBA, 2019.

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de. **Por uma educação transgressora: antirracista e decolonial.** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** In.: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.